

Declaração dos Direitos Humanos tem concurso

MALU MATTOS

Transformar em um pequeno poema o direito à vida, à dignidade e à integridade. Pintar a liberdade de consciência, de opinião, de expressão e associação. Desenhar o exercício da cidadania. Escrever um slogan sobre a igualdade de raças, gêneros e classes. Este é o desafio que os profissionais da Ordem dos Advogados do Brasil e da Secretaria de Educação e Fundação Educacional do DF (FEDE) lançaram para os alunos da rede pública de ensino: festejar o cinquentenário da Declaração de Direitos Humanos, comemorado neste ano, discutindo, colorindo, criando.

O concurso "O direito é nosso" terá as inscrições abertas de maio a julho. Os estudantes poderão participar em duas modalidades: textos ou artes plásticas. Os trabalhos serão julgados por duas comissões especiais, formadas por representantes da OAB/DF, do Centro de Recursos Tecnológicos da FEDE, da Comissão de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes da FEDE, da Secretaria da Educação e um professor de português. Serão

premiados dois alunos por tema — cada divisão vai trabalhar um dos 12 temas propostos no concurso.

Os trabalhos selecionados, 24 no total, serão publicados numa coletânea de cartões postais e cada aluno premiado receberá uma poupança de R\$ 200, sendo que a fase de seleção e julgamento deve ocorrer em agosto. Os prêmios, no entanto, só serão entregues em novembro.

Alunos da rede pública podem participar com poema, desenho ou redação com temas sobre o documento das Nações Unidas

Os temas serão sorteados pela Comissão de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da FEDE. O objetivo da promoção é preparar os estudantes da rede pública para a compreensão e exercício da cidadania. O estudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos se dará

a partir dos direitos das pessoas, das liberdades, da lei, da participação no governo, da educação e da cultura, da propriedade, dos direitos políticos, dos direitos à igualdade, dos direitos dos povos, da família e os deveres do Estado para garantir a cidadania. "Se há alguma coisa que nos dá orgulho de ter feito, como membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB, é esse concurso", diz o presidente da comissão, Djalma Nogueira.